**20**<sup>a</sup> Edição – **2019** 

### EXAME



### CNAI



# **BCB**

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

#### CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

# EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE N.º 3/2019

#### SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões para a Prova específica para atuação em auditoria nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

#### Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas: Use caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado. Assinale somente uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções. Não deixe nenhuma questão sem resposta. As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta) linhas efetivamente escritas pelo candidato, não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.) e deverão ser redigidas com letra legível. As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas. De acordo com o item 3.9.1, em hipótese alguma, haverá substituição das Folhas de Respostas Objetivas e Dissertativas por erro do(a) candidato(a). Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas. SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO. FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO **QUANDO DE SUA SAÍDA. DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS**

## ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 25 (vinte e cinco) questões objetivas, cada uma constituída de até 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

#### **QUESTÕES OBJETIVAS**

#### **QUESTÃO 1**

Em conformidade com a alteração regulatória promovida pelo Conselho Monetário Nacional em 2018, a partir de 1º/1/2019, as instituições enquadradas nos Segmentos 1 (S1) e 2 (S2), devem limitar o total de suas exposições perante um mesmo cliente ao montante de máximo de 25% (vinte e cinco por cento do Nível I do seu Patrimônio de Referência - PR), exceto as cooperativas de crédito, com percentuais diferentes. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo, considerando as condições que ainda a referida norma regulatória estabelece e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. O cumprimento do limite deve ocorrer de forma consolidada por instituições integrantes de um mesmo conglomerado prudencial, conforme o Cosif.
- II. As administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as instituições não sujeitas à apuração do PR ou o Patrimônio de Referência Simplificado também estão sujeitos à observância do novo limite máximo de exposição por cliente.
- III. O conselho de administração ou, na sua inexistência, a diretoria da instituição, deve deliberar sobre a assunção de exposição que resulte em exposição total perante um mesmo cliente superior a 20% (vinte por cento).
- IV. O caso de ocorrência de excesso em relação ao limite estabelecido implicará a elaboração de plano de redução do excesso ocorrido.

#### Estão CERTOS os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

São regulamentares as seguintes condições e limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, para fins do disposto no Art. 34 da Lei n.º 4.595/1964, **EXCETO** a de:

- a) estarem estabelecidas em política que deverá ser aprovada pelo conselho de administração ou, caso inexistente, pela diretoria da instituição e formalizada em documento específico, mantido à disposição do Banco Central do Brasil, juntamente com seu histórico de alterações.
- b) observarão o limite de 10% (dez por cento) do PL ajustado de receitas e despesas em cada data de concessão, para o somatório das operações de crédito contratadas com partes relacionadas e os limites máximos individuais de 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e de 5% (cinco por cento) para contratação com pessoa jurídica.
- c) considerarem qualificada a participação direta ou indireta, detida por pessoas naturais ou jurídicas no capital das referidas instituições, equivalente a 15% (quinze por cento) ou mais das respectivas ações ou quotas representativas.
- d) é considerada como parte relacionada operação que caracterize negócio com interposição de terceiro, com o fim de realizar compra à vista, em leilão público de bens não destinados ao uso, recebidos pela instituição de cliente inadimplente em dação em pagamento de saldo de operações de crédito, em valor acima de limite máximo individual.

#### **QUESTÃO 3**

A Resolução CMN nº 4658, de 26/4/2018, estabeleceu normas sobre política de segurança cibernética e requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB devem observar. Para tanto dispõe, entre outras exigências, que a aprovação da política de segurança cibernética deve ser realizada até 6 de maio de 2019, devendo contemplar alguns princípios. Sobre esse assunto, identifique os princípios abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- Os objetivos de segurança cibernética da instituição.
- II. Os procedimentos e os controles adotados para reduzir a vulnerabilidade da instituição a incidentes e atender aos demais objetivos de segurança cibernética.
- III. Os controles específicos, incluindo os voltados para a rastreabilidade da informação, que busquem garantir a segurança das informações sensíveis.
- IV. O registro, a análise da causa e do impacto, bem como o controle dos efeitos de incidentes relevantes para as atividades da instituição.

#### Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

A regulamentar Declaração de Apetite por Riscos (RAS) de instituição financeira ou conglomerado prudencial de porte no Brasil deve considerar, entre outros, alguns temas. Sobre esse assunto, identifique os temas abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Os tipos de riscos e os respectivos níveis que a instituição está disposta a assumir.
- II. A capacidade que a Instituição deveria ter para gerenciar riscos de forma efetiva.
- III. Os objetivos estratégicos da Instituição.
- IV. As condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua.

#### Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, III e IV, apenas.

#### **QUESTÃO 5**

A regulamentar estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB enquadradas nos segmentos S1 a S4 objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos relevantes da respectiva instituição. Para tanto, deve prever políticas, estratégias, processos, sistemas, rotinas e procedimentos, inclusive um programa de testes de estresse com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição, onde são consideradas metodologias específicas de avalição de impactos ou identificação de situações adversas. Sobre esse assunto, identifique as situações adversas abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Análise de sensibilidade: metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.
- II. Análise de cenários: metodologia de teste de estresse que permite avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.
- III. Análise de instrumentos financeiros: metodologia de teste que objetiva verificar a liquidez de instrumentos financeiros que usualmente compõem a carteira de títulos disponíveis para venda.
- IV. Teste de estresse reverso: metodologia de teste de estresse que permite a identificação dos eventos e circunstâncias adversos associados a níveis predefinidos de resultado, capital ou liquidez, incluindo os que configurem a inviabilidade da instituição.

#### Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê as políticas e estratégias, sistemas, rotinas e procedimentos, inclusive planos de capital e de contingências do capital, de avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de estresse, em conformidade com o regramento normativo, culminando em relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição e ao comitê de riscos e conselho de administração, quando existentes. Quanto aos relatórios citados, assinale a afirmativa **CORRETA** que deve ser incluída:

- a) a estrutura de gerenciamento de capital atual implantada.
- b) os níveis de PR, do Nível I e do Capital Principal atuais.
- c) a estrutura de gerenciamento de capital implantada e os níveis de PR, do Nível I e do Capital Principal, atualizados.
- d) eventuais deficiências da estrutura de gerenciamento de capital e ações para corrigi-las e a adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos.

#### **QUESTÃO 7**

O Banco ABC necessitou aportar relevante posição financeira para clientes com quem mantém contratos de linha de crédito em aberto até determinado limite no dia 31/8/2018, uma sexta-feira. Estando com os recursos em Tesouraria em posição muito apertada no dia, fez operação de reforço de suas reservas em R\$ 78.000.000,00 através financiamento no Banco DEF, que estava com excesso de reservas no dia. Assim, o financiador, o Banco DEF, comprou esses títulos com compromisso de revenda para o próximo dia útil, títulos – LTNs, ao valor de R\$ 78.010.000,00.

Em relação a esta operação, quais os títulos contábeis que demonstram e em quais valores do balancete do 31/8/2018 do Banco DEF?

- a) R\$ 78.010.000,00 debitado em aplicações financeiras de liquidez revendas a liquidar - posição bancada e R\$ 10.000,00 creditado em rendas de aplicações interfinanceiras posição bancada.
- b) R\$ 78.000.000,00 debitado em aplicações financeiras de liquidez revendas a liquidar posição bancada.
- c) R\$ 78.010.000,00 debitado em títulos de renda fixa vinculados a recompras e R\$ 10.000,00 creditado em rendas de aplicações interfinanceiras posição bancada.
- d) R\$ 78.010.000,00 debitado em títulos de renda fixa vinculados a recompras.

O Banco MNO efetivou, em 31 de março de 2019, o financiamento de R\$ 220 mil a cliente para a aquisição por ele de um automóvel de luxo, a uma taxa prefixada de 2,2 % a.m., com a garantia da alienação fiduciária do bem financiado. O contrato de financiamento do referido veículo prevê amortizações em quatro trimestres, de ¼ (um quarto) do principal e encargos integrais incorridos no trimestre. O IOF foi cobrado à vista.

Com relação aos saldos patrimoniais e de resultados, correspondentes a esta operação, constantes do balancete de 30 de junho de 2019, considerando que o referido cliente esteja, nesta data, plenamente adimplente com suas obrigações contratuais, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Empréstimos com R\$ 234 mil e rendas de empréstimos com R\$ 4 mil.
- b) Financiamentos com R\$ 165 mil e rendas de financiamentos com R\$ 4 mil.
- c) Financiamentos com R\$ 234 mil e rendas de financiamentos com R\$ 14 mil.
- d) Empréstimos com R\$ 165mil e rendas de empréstimos com R\$ 14 mil.

#### **QUESTÃO 9**

Os exames de auditoria constataram o recebimento pelo Banco XYZ, em 10 de janeiro de 2019, de expediente do Banco Central do Brasil, relativo a recurso apresentado pelo Banco em 20 de dezembro de 2018, em que a Entidade Supervisora do SFN não acolhe os argumentos do referido recurso e confirmam que saldo de financiamento, no valor de R\$ 350.000 seja classificado no nível "H", independente de o referido saldo devedor não estar vencido por efeito de renegociação com novo período de carência e detenha contratualmente garantia real de R\$ 300.000. Esta operação foi realizada com Grupo Econômico envolvido em operações de corrupção e lavagem de dinheiro já levantadas pela PF e MPF e aceitas as acusações pelo Judiciário. Em decorrência destes fatos, exaustivamente noticiados, o referido Grupo atualmente se encontra em graves dificuldades econômico-financeiras.

Assinale a opção que apresenta os ajustes contábeis que devem ser sugeridos pelo auditor para a Administração ou responsáveis pela governança do Banco XYZ, se for o caso.

- a) Crédito de financiamentos, do subgrupo operações de crédito, a débito de provisões operacionais, em contas de resultado devedoras, no valor de R\$ 350.000.
- b) Crédito de financiamentos, do subgrupo operações de crédito, a débito de provisões operacionais, em contas de resultado devedoras, no valor de R\$ 50.000.
- c) Crédito de provisão para financiamentos, a débito de provisões operacionais, em contas de resultado devedoras, no valor de R\$ 350.000.
- d) Não há ajustes de auditoria a ser proposto. É fato para ser explicado adequadamente em eventos subsequentes.

O Banco ABC, que vem apresentando resultados satisfatórios e tem um índice de Basiléia folgado, teve ganho de causa em ação com trânsito em julgado que promovia há quase duas décadas pelo reconhecimento do IPC integral na correção monetário do seu balanço patrimonial no Plano Verão, de janeiro de 1989, no valor bruto de R\$ 300.000 sob o qual incide IR/CSS R\$ 105.000, em 10 de dezembro de 2018. Esta contingência ativa não foi reconhecida contabilmente no seu ativo patrimonial.

Sobre o(s) ajuste(s) contábil(eis) ou outros esclarecimentos em respectivas notas ou de outra forma, a serem recomendados, ou não, pelo auditor para a Administração ou responsáveis pela governança do Banco ABC, se for o caso, considerando que o valor supera a materialidade de planejamento estabelecida pelo auditor independente, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Não há ajustes ou outros esclarecimentos a serem recomendados pela Auditoria Independente.
- b) Reconhecer o direito no ativo lançando a débito de créditos tributários de impostos e contribuições e a decorrente obrigação tributária no passivo, a crédito de impostos e contribuições a recolher, tendo, em cada caso, contrapartida nas respectivas contas de resultados credora e devedora, bem como fazer ampla divulgação em nota explicativa.
- c) Dar divulgação ao fato em eventos subsequentes nas demonstrações contábeis de 30/11/2018.
- d) Reconhecer o direito no ativo lançando a débito de créditos tributários de impostos e contribuições o valor líquido de tributos, tendo contrapartida na respectiva conta de resultados credora, além de fazer ampla divulgação em nota explicativa.

Considerando a necessidade de melhorar as opções de investimentos à disposição dos clientes, o Banco ABC ofereceu a alternativa de investimentos em "criptoativos", através de um fundo de investimentos específico. Julgue os itens abaixo como Verdadeiros(V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Visando identificar se o referido criptoativo n\u00e3o representa uma fraude, o Banco fez dilig\u00e3ncias para analisar se o software base \u00e9 livre e de c\u00f3digo aberto ou fechado, bem como se a tecnologia \u00e9 p\u00fablica, transparente, acess\u00edvel e verific\u00e1vel para qualquer usu\u00e1rio autorizado.
- II. Por se tratar de investimento indireto realizado por meio de fundos de investimentos constituídos no exterior e geridos por terceiros, o Banco avaliou se o gestor do fundo investido adota práticas e medidas de mitigação de risco equivalentes às que o gestor do fundo investidor adotaria em sua posição.
- III. O Banco adotou medidas para mitigar os riscos de que as posições de custódia desses ativos sejam sujeitas a ataques por parte de especialistas em invasões de sistemas de informações, conhecidos como "hackers".
- IV. Considerando que o Bacen não regula nem supervisiona operações com moedas virtuais, a realização de transações com moedas virtuais e com outros instrumentos conexos que impliquem em transferências internacionais referenciadas em moeda estrangeira também não são supervisionadas pelo Bacen.

#### A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, V, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, V, V.
- d) V, V, V, F.

#### **QUESTÃO 12**

Sobre a possibilidade de ser administrador de sociedades corretoras no Brasil é **CORRETO** afirmar que:

- a) é possível ser administrador de sociedade corretora no Brasil qualquer pessoa natural, residente no Brasil, desde que atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.
- somente brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados brasileiros podem ser administradores de sociedade corretora, desde que atendam às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.
- c) é proibido a estrangeiros, mesmo que residam no Brasil, ser administradores de sociedade corretora, ainda que atendam às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.
- d) é possível ser administrador de sociedade corretora no Brasil, qualquer brasileiro, residente no Brasil ou no exterior, desde que atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.

A viabilidade econômico-financeira do grupo de consórcio, nos termos do art. 16 da Lei n.º 11.795, de 2008 (redação dada, a partir de 1º/7/2016, pela Circular nº 3.785, de 4/2/2016), constitui condição prévia para a realização da primeira assembleia geral ordinária e início de funcionamento do grupo; caracteriza-se por haver perspectiva de contemplação de todos os participantes no prazo de duração do grupo; e pressupõe, no mínimo, uma das condições a seguir enumeradas. Acerca desse assunto, assinale a opção **CORRETA**.

- a) É vedado à administradora verificar a capacidade de pagamento dos proponentes quanto às obrigações financeiras assumidas perante o grupo e a administradora.
- b) A administradora está impedida de avaliar antecipadamente os níveis de inadimplência e de exclusão de consorciados que possam impactar o regular fluxo de recursos para o grupo.
- c) Os percentuais de comissões a vendedores contemplados no planejamento do processo de vendas de novas cotas ou de cotas de reposição não devem ser analisados pela administradora.
- d) Visando a viabilidade econômica, a Administradora deverá avaliar a existência de processos e sistemáticas efetivas de cobrança e de renegociação de dívidas de inadimplentes, bem como de recuperação de ativos.

#### **QUESTÃO 14**

Norma do CMN fixa em 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio de Referência (PR) o limite máximo de exposição por cliente a ser cumprido por bancos múltiplos, entre outras instituições financeiras nominadas, envolvendo a contratação de operações com os seus respectivos clientes. Assinale a opção que apresenta todos os tipos de operações nominados pela referida regulamentação do CMN (e somente elas) para as instituições citadas.

- a) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e na prestação de garantias, bem como em relação aos créditos decorrentes de operações com derivativos.
- b) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e na prestação de garantias, bem como em relação aos créditos decorrentes de operações com derivativos. Também em operações de subscrição para revenda e de garantia de subscrição de valores mobiliários, bem como em aplicações em títulos e valores mobiliários emitidos por uma mesma entidade, empresas coligadas e controladora e suas controladas (exceto títulos públicos federais, e debêntures de emissão de sociedades de arrendamento mercantil ligadas, se o caso).
- c) Operações de subscrição para revenda e de garantia de subscrição de valores mobiliários, bem como em aplicações em títulos e valores mobiliários emitidos por uma mesma entidade, empresas coligadas e controladora e suas controladas (exceto títulos públicos federais, e debêntures de emissão de sociedades de arrendamento mercantil ligadas, se o caso).
- d) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e na prestação de garantias. Também em operações de subscrição para revenda e de garantia de subscrição de valores mobiliários, bem como em aplicações em títulos e valores mobiliários emitidos por uma mesma entidade, empresas coligadas e controladora e suas controladas (exceto títulos públicos federais, e debêntures de emissão de sociedades de arrendamento mercantil ligadas, se o caso).

Segundo as normas do CMN e como consta no Cosif, o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de IR, de base negativa de CS sobre o lucro líquido e de diferenças temporárias somente podem ser livremente efetuados pelas instituições financeiras quando atendidas todas as seguintes condições:

- a) apresentem cumulativamente: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS, conforme o caso, comprovado pela ocorrência destas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e com (ii) que haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de IR e CS, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.
- b) apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS, conforme o caso, comprovado pela ocorrência destas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; ou que haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de IR e CS, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.
- apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS, conforme o caso, comprovado pela ocorrência destas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.
- d) que haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de IR e CS, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

#### **QUESTÃO 16**

Segundo as normas constantes do Cosif, os bancos múltiplos que detenham carteira de arrendamento mercantil, o subgrupo do Ativo Permanente titulado Imobilizado de Arrendamento, compõem-se de:

- a) bens de terceiros arrendados pelo banco, na modalidade arrendamento operacional.
- b) bens de propriedade da instituição, arrendados a terceiros.
- c) bens de terceiros arrendados pelo banco, na modalidade arrendamento financeiro.
- d) bens de propriedade do banco, de uso, com intenção futura de arrendamento para terceiros.

De acordo com as normas do BCB, as instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, em algumas situações, têm tratamento diferenciado. Assinale a opção que se encontra em conformidade com as normas do BCB para instituições nessa situação.

- a) A partir da data em que foi decretada a liquidação extrajudicial da instituição financeira, extingue-se a obrigação de remeter ao BCB qualquer demonstração financeira.
- A partir da data-base da decretação de liquidação extrajudicial da instituição financeira, os administradores em exercício no dia anterior à data da decretação ficam dispensados de assinar qualquer peça contábil.
- c) Os ativos da instituição financeira em liquidação extrajudicial não deverão ser avaliados a valor de mercado.
- d) Os ganhos ou perdas apurados no processo de avaliação dos bens e direitos devem ser transferidos para lucros ou prejuízos acumulados na sua alienação ou baixa.

#### **QUESTÃO 18**

Para fins de registros contábeis, consideram-se Instrumentos Financeiros qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio para outras entidades. Das definições abaixo, assinale a opção que se encontra de acordo com as normas do Cosif.

- a) Passivo financeiro poderá ser uma obrigação contratual de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis à própria entidade.
- b) Instrumento de capital próprio poderá ser qualquer contrato que evidencie interesse residual nos passivos de longo prazo de uma entidade após a dedução de todos os seus ativos.
- c) Valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser negociado ou passivo liquidado, entre partes relacionadas e em condições de equilíbrio.
- d) Define-se como transferência de controle de ativo financeiro quando o comprador ou cessionário passa a deter, na prática, o direito de vender ou de transferir o ativo financeiro em sua totalidade, de forma autônoma, respeitando as imposições de restrições adicionais em decorrência da operação original de venda ou transferência.

Com relação aos procedimentos e registro contábil em operação de custódia de títulos e valores mobiliários nas instituições financeiras, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Os títulos públicos assim como os demais títulos de renda fixa (CDB, LC, etc.) registram-se pelo valor de resgaste, os pós-fixados, e pelo de emissão, os prefixados.
- b) Nos lançamentos de cobrança nas contas de compensação, instituição tem obrigatoriamente de utilizar o sistema de escrituração pelo valor índice de R\$ 1,00 (um real), ou pelo valor do documento correspondente, devendo, todavia, manter uniformidade nos registros.
- c) Os valores e bens de terceiros em custódia na instituição devem ser inventariados pelo menos por ocasião do levantamento dos balanços semestrais.
- d) Os documentos relativos a inventários e conciliações de valores em custódia devem ser autenticados e remetidos ao Banco Central, para análise, juntamente com os balanços de cada semestre.

#### **QUESTÃO 20**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, devem elaborar as demonstrações contábeis de forma consolidada. Acerca desse assunto, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Devem aplicar as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no Cosif somente para as sociedades com Patrimônio Líquido superior a R\$ 1.000.000,00.
- b) Devem realizar os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas sejam somente para entidades que estejam sujeitas às normas do Cosif.
- Quando o relatório do auditor independente foi divulgado nas demonstrações individuais, fica dispensada a divulgação desse relatório nas demonstrações consolidadas, mantendoos à disposição do BCB.
- d) Sobre a elaboração, a divulgação e a remessa ao Banco Central do Brasil das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial não se aplica às administradoras de consórcio.

Durante os trabalhos de auditoria para as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2018, foi constatado que uma contingência cível por ação indenizatória contra o Banco CDE, em valor de R\$ 150.000, o que atinge a materialidade estabelecida para a auditoria, deve ser considerada como de risco "provável", em razão de ações de mesma natureza terem transitado em julgado em Tribunal Superior neste ano, com sentença desfavorável ao Banco ABC. A Administração do Banco CDE considerava como de risco "possível", como vem informando em nota explicativa nas demonstrações contábeis dos últimos seis exercícios. A administração não concorda em modificar este julgamento, insistindo em manter como de risco "possível" até o final desfecho da questão judicial, entrando em divergência com a posição dos Auditores Independentes.

Em razão deste caso, qual o tipo de opinião deve ser emitida no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis de 31/12/2018 do Banco CDE:

- a) relatório com Opinião Sem Modificações.
- b) relatório com Opinião Modificada: tipo Opinião com Ressalva.
- c) relatório com Opinião Modificada: tipo Opinião Adversa.
- d) relatório com Opinião Modificada: tipo Abstenção de Opinião.

#### **QUESTÃO 22**

Em linha com o uso de novas tecnologias nos serviços financeiros o BACEN autorizou a criação das Sociedades de Crédito Direto (SCD). De acordo com as normas aplicáveis, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. A SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente, por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, além da análise e cobrança de crédito para terceiros.
- II. A SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.
- III. A SCD atua como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).
- IV. A SCD pode prestar o serviço de emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

#### A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, V, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, V, V.

Indique a alternativa correta que contenha todas as modalidades que segundo as disposições regulamentares do BCB, em conformidade com o comando do Art. 28 da Lei n.º 4595/1964, somente através delas pode ocorrer aumento do capital das instituições financeiras componentes do SFN.

- a) (i) em moeda corrente; (ii) por incorporação de reservas de capital e de lucros; e (iii) por absorção de créditos de acionistas ou sócios, relacionados com dividendos ou JCP não pagos.
- b) (i) em moeda corrente; (ii) por incorporação de reserva de reavaliação de ativos de uso próprio ou de bens de coligadas e controladas; e (iii) por absorção de créditos de acionistas ou sócios, relacionados com dividendos ou JCP não pagos.
- c) (i) em moeda corrente; (ii) por incorporação de reserva ou lucros; e (iii) de recursos de acionistas/quotistas recebidos para aumento de capital antes da realização do ato societário que delibere sobre este assunto.
- d) (i) em moeda corrente; (ii) por incorporação de quaisquer reservas ou lucros; e (iii) por absorção de créditos de acionistas ou sócios, relacionados com dividendos ou JCP não pagos.

#### **QUESTÃO 24**

As instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar, na contabilização e na divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis, o Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 17 de julho de 2009. A este respeito, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Os pronunciamentos citados no CPC 24, mesmo que não referendados por ato específico do Conselho Monetário Nacional, podem ser aplicados pelas administradoras de consórcios.
- b) É vedado ao Banco Central do Brasil estabelecer procedimentos adicionais a serem observados na contabilização e divulgação das informações de que trata este pronunciamento.
- c) O disposto neste pronunciamento não se aplica às administradoras de consórcio, que seguirão as normas editadas pelo Banco Central do Brasil no exercício de sua competência legal.
- d) O disposto neste pronunciamento aplica-se também às administradoras de consórcio, conjuntamente com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil no exercício de sua competência legal.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) pode autorizar o Banco Central do Brasil (BCB) a emitir meios de pagamento, anualmente, até um limite referenciado aos meios de pagamento em circulação em 31 de dezembro do ano anterior, para atender às exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República, para as emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite. Qual o limite que pode ser autorizado pelo CMN, para o BCB emitir papel-moeda, anualmente, sem necessitar de autorização do Poder Legislativo, considerando os meios de pagamento existentes?

- a) 10% (dez por cento).
- b) 15% (quinze por cento).
- c) 20% (vinte por cento).
- d) 25% (vinte e cinco por cento).

#### **QUESTÕES DISSERTATIVAS**

#### **QUESTÃO 26**

Um dos principais assuntos incluído nos relatórios de auditoria refere-se a auditoria das operações de crédito, incluindo a avaliação quanto a adequação da provisão para créditos incobráveis. Citar e comentar pelo menos três procedimentos de auditoria a serem adotados na área de operações de crédito.

#### **QUESTÃO 27**

Comente sobre a exigência do BCB quanto à constituição do Comitê de Auditoria para as instituições financeiras, citando a quantidade mínima de membros que o compõe, bem como o prazo máximo do mandato de cada integrante do Comitê, com breve comentário de no mínimo mais três condições constantes da citada Resolução para o adequado funcionamento do Comitê de Auditoria em instituições financeiras. Incluir comentário sobre o relacionamento do auditor independente com o Comitê de Auditoria.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

Esta página não deverá ser destacada **RASCUNHO** 

## RASCUNHO DO GABARITO ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	Α	В	С	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
80				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				